

REUNIÃO DO CONSELHO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA DO TRE-MG

Data / Horário	21 de maio de 2020 Início: 09h45 Término: 11h30
Local	Reunião virtual
Pauta	I. Planejamento Estratégico II. Produtividade Judicial Semanal no período da pandemia do COVID-19 III. 1ª Reunião Preparatória para o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário: Programação
Participantes	<p>Membros:</p> <p>Desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima (Presidente) Dr. Nicolau Lupianhes Neto (Juiz membro da Corte Eleitoral e Ouvidor) Dra. Roberta Rocha Fonseca (Juíza Auxiliar da Presidência e Diretora Executiva da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais) Adriano Denardi Júnior (Diretor-Geral) Ana Carolina Silva Costa (SOF) Annelise Barbosa Duarte Viana (SGI) Cristiana de Pinho Aguiar (SCRE) Rodolfo Pacheco (SGA) Luiz Otávio Vial (SGS) Marco Aurélio Neto (SJU) Maria da Glória Araújo (SGP) Raquel Vieira Botelho (STI)</p> <p>Convidados:</p> <p>Desembargador Maurício Soares – Juiz membro da Corte Eleitoral - substituto Alexandre Tadeu Mansur Silva (GJMII - representando a Dra. Cláudia Aparecida Coimbra Alves – Juíza membro da Corte Eleitoral)</p> <p>Secretaria do Conselho e participante constante: Flávio Augusto Nannetti Caixeta (CGE/Secretário do CGGE) Rogério Bernardes de Faria Tavares (CCS)</p> <p>Demais participantes:</p> <p>Alexandre Henrique Martins (SEPLE) Breno Murari Magnani Machado (SEPLE) Cláudia Matosinhos de Andrade (AESP) Renata Couto Lessa Lima (CCI) Valéria Azzi (CJC) Vanessa Loureiro Silva (SEPLE)</p>

I – Abertura dos trabalhos

O Presidente do TRE-MG, Desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima, deu início à reunião do Conselho de Governança e Gestão Estratégica – CGGE – agradecendo a participação dos magistrados e servidores presentes no encontro. Destacou a importância da realização dessas reuniões periódicas, fundamentadas na Portaria da Presidência nº 85/2018, que regulamentou as atribuições do Conselho, e enfatizou a necessidade desse encontro por meio virtual, devido ao isolamento social para combate à pandemia da COVID-19, em continuidade às atividades da Justiça Eleitoral.

Além disso, o Presidente apresentou a pauta de temas a serem abordados na presente reunião do CGGE, quais sejam, os resultados do Planejamento Estratégico do Tribunal – PETRE alcançados no ano de 2019 e no 1º quadrimestre de 2020, os dados da Produtividade Judicial Semanal durante o período da pandemia e também informações gerais de evento a se realizar no dia 25 de maio próximo, a 1ª Reunião Preparatória para o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário. Quanto aos resultados a serem apresentados, ressaltou a importância de uma análise conjunta dos gestores e da proposição de melhorias para o alcance das metas, sempre que possível. Passou então a palavra ao Diretor-Geral.

O Diretor-Geral, Adriano Denardi, salientou que essa reunião era continuidade dos últimos encontros de análise da estratégia, demanda provocada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ para avaliação do desempenho dos Tribunais. Informou que não seriam abordados nessa reunião temas relativos ao planejamento das eleições, por não ser escopo do CGGE, mas lembrou que o assunto está sendo tratado com toda atenção necessária nas reuniões do Conselho Administrativo - CONSAD. Frisou também que as regras definidas pelo CNJ para avaliação da produtividade da justiça eleitoral desconsideram as peculiaridades pertinentes a este ramo da justiça, apesar das diversas tentativas do segmento junto a aquele Conselho de medição levando em conta essas especificidades. Após sua fala, Adriano passou a condução do encontro para o Flávio Caixeta, Coordenador de Gestão Estratégica - CGE.

Flávio Caixeta deu início a sua fala agradecendo aos magistrados e servidores presentes à reunião. Conforme questionamento do Presidente, acerca do horário da 1ª Reunião Preparatória para o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário do dia 25/05/2020, informou que ocorrerá entre 09h e 17h. Solicitou aos participantes do evento autorização para gravar essa reunião do CGGE. O Coordenador enfatizou que a realização da reunião é demandada pelo CNJ, pois é quesito de avaliação no Prêmio CNJ de qualidade

Assim, como já adiantado na abertura do Exmo. Presidente, reforçou que a reunião se basearia em três principais temas:

- Planejamento Estratégico;
- Produtividade Judicial Semanal no período da pandemia do COVID-19;
- 1ª Reunião Preparatória para o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário: Programação.

Em seguida, Flávio Caixeta passou a palavra para o Chefe da Seção de Planejamento e Estatística - SEPLE, Breno Machado, para detalhamento do primeiro assunto na pauta.

II – Planejamento Estratégico

Breno Machado abriu a sua fala agradecendo a presença de todos os participantes na reunião. Em seguida, apresentou os resultados do PETRE-2019, ano em que o TRE alcançou o melhor desempenho desde 2016 com 91,74% de cumprimento dos 21 indicadores medidos em 2019. Além disso, divulgou ao Relatório Anual do PETRE 2019, que foi desenvolvido com o software Power BI e está disponível na intranet e internet do Tribunal por meio das páginas do Planejamento Estratégico.

Breno relatou também que, como parte do processo de auditoria dos indicadores estratégicos, realizada pela Coordenadoria de Controle Interno-CCI, foram reformulados 05 indicadores estratégicos (indicadores 08 (SGA), 11, 12, 13 e 25 (Judiciais)) e incluídos outros dois ao planejamento estratégico (indicadores 26 e 27 (Secretaria de Gestão Administrativa - SGA)) durante o ano de 2020. As alterações do PETRE afetas à SGA são decorrentes da instituição, em 2019, da Governança de Aquisições no TRE-MG, e da conseqüente necessidade de aferição de seu andamento. Em relação aos indicadores judiciais, explicou que todas as alterações visaram adaptar os índices gerenciados pela Corregedoria Regional Eleitoral - CRE e Secretaria Judiciária - SJU às Metas Nacionais do CNJ e ao Justiça em Números - JN, de forma a padronizar os trabalhos de mensuração e acompanhamento pelo Tribunal.

Em seguida, passou para a explanação dos resultados dos indicadores judiciais no 1º quadrimestre de 2020. Entre todos os quatro indicadores (11-Índice de julgamento de processos de conhecimento (Meta 1); 12-Taxa de congestionamento líquida (Taxa JN); 13-Índice de Julgamento de processos antigos (Meta 2); 25-Índice de julgamento dos processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais(Meta 4)), a Justiça Eleitoral mineira está cumprindo apenas a meta estabelecida em relação ao Indicador 13 (Meta 2) e somente em relação ao 2º grau. Enfatizou também que os resultados apresentados poderiam sofrer mudanças, uma vez que o sistema de extração de dados judiciais, o Atena, está em fase homologação. Tais avaliações e adequações no sistema estão sendo realizadas em cooperação entre a SEPLE, da CGE, a Seção de Inspeções e Correições - SINSC, da CRE, a Coordenadoria de Registro e Informações Processuais - CRI, da SJU, e a Seção de Administração de Dados - SADMI, da Secretaria de Tecnologia da Informação - STI.

Durante a apresentação, Marco Aurélio, Secretário Judiciário, relatou que, com a suspensão dos prazos processuais pelo TSE desde o dia 23 de março em virtude da pandemia, retomados há pouco tempo apenas para os processos eletrônicos (os prazos de processos que tramitam em meio físico continuam suspensos), poderemos ter impactos no alcance das metas propostas para 2020 (PETRE e CNJ).

Valéria Azzi, Coordenadora da Gestão de Cadastro Eleitoral e de Assuntos Judiciários e Correicionais - CJC, salientou que a SINSC tem feito um trabalho intenso de monitoramento dos prazos de conclusão dos processos no 1º grau em ZEs com acervo

grande. Apesar disso, reforçou que, devido à suspensão dos prazos, o cumprimento das metas em 2020 será difícil. Valéria informou também que será necessário avaliar a consistência dos dados relativos à quantidade de processos do indicador 25 na primeira instância, pois esse indicador visa dar celeridade aos processos correlatos às eleições gerais de 2018 que deveriam estar zerados nesse momento.

Após a apresentação dos resultados do PETRE, Breno Machado retornou a palavra para o Flávio Caixeta fazer a sua explanação sobre a produtividade semanal.

III – Produtividade Semanal

Flávio Caixeta informou que o regime de trabalho remoto no Poder Judiciário, devido à pandemia da COVID-19 foi estabelecido pela Resolução CNJ nº 313/2020, e daí surgiu a necessidade de acompanhamento semanal da produtividade do Judiciário no período e dos valores liberados para o combate à pandemia, através do Ofício CNJ-SG nº 224/2020. Embora a resolução em si não se aplique à Justiça Eleitoral (vide parágrafo único do artigo 1º), que teve regulamentação própria para o trabalho remoto, o Tribunal Superior Eleitoral – TSE acordou com o CNJ que a coleta desses dados solicitada através do ofício seria estendida ao nosso segmento. Assim, a partir de 16/03/2020 e enquanto a situação de emergência durar, a medição deve ser realizada. As estatísticas compiladas possuem classes judiciais mais abrangentes que os resultados judiciais dos Módulos de Produtividade Mensal e Justiça em Números, com objetivo de prestação de contas à sociedade.

Em relação à variável monetária, “valores (em R\$) liberados pelo Judiciário para combate à pandemia do novo coronavírus, decorrentes de penas ou medidas alternativas de prestação pecuniária”, não foi possível mensurá-la neste Regional. Em toda a Justiça Eleitoral, até o momento, apenas dois tribunais (Acre e Espírito Santo) conseguiram apurá-la.

As variáveis processuais medidas e informadas semanalmente são:

- Sentenças (Julgamentos / Hierarquia 03)
- Decisões (Não terminativas / Hierarquia 193)
- Despachos
- Movimentos (Hierarquia de Serventuários)

Flávio destacou, no período entre os dias 16/03 e 17/05 (resultado acumulado das nove semanas), o ótimo desempenho do TRE-MG na produtividade judicial em comparação aos demais tribunais da Justiça Eleitoral: primeira posição na tramitação de decisões e despachos e terceira posição quanto a sentenças e movimentos dos serventuários (atrás apenas do TRE-SP e do TRE-BA).

Adriano Denardi ressaltou que os dados da produtividade semanal abrangem somente as estatísticas jurisdicionais, não mensurando o grande esforço administrativo que vem sendo realizado nos Tribunais Eleitorais neste período de teletrabalho em

preparação para as Eleições. Flávio Caixeta chamou atenção para a diferença entre os valores dessa aferição entre a Justiça Eleitoral e os demais segmentos do Poder Judiciário exatamente em razão de suas especificidades justamente por não consolidar a produtividade administrativa dos Regionais Eleitorais.

Dra. Roberta Fonseca questionou se as medições da produtividade semanal são proporcionais a cada ramo da justiça ou mesmo entre os portes dos tribunais. Flávio Caixeta informou que os dados enviados são absolutos e não há proporcionalidade nas informações.

Valéria Azzi enfatizou que os dados de produtividade semanal enviados ao CNJ são extraídos pelo sistema Atena, num esforço recorde das áreas envolvidas para implementação e adequação dessa funcionalidade. Logo as informações dos Regionais Eleitorais estão padronizadas.

Encerrada a explanação sobre a produtividade semanal, Flávio Caixeta informou que acabou de ter conhecimento de que os Subcomitês Regionais dos Tribunais da Justiça Estadual pretendem oficializar o CNJ para sugerir a revisão de critérios e prazos para avaliação das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2020, das Metas Nacionais 2021, do Prêmio CNJ de Qualidade 2020 e do Selo CNJ-Agenda 2030 em razão da pandemia. A alegação seria que o impacto dessa situação de exceção sobre o judiciário poderia levar a uma distorção nas medições elencadas e nos comparativos e prêmios patrocinados pelo CNJ. O Exmo. Presidente solicitou que Flávio enviasse tais informações a ele, de maneira a iniciar essa discussão com os demais presidentes da Justiça Eleitoral em uma tentativa de avaliar essa proposta e, se for o caso, indicar um procedimento similar a ser tomado pelo nosso segmento.

Por fim, a palavra foi repassada ao Breno Machado para abordagem do último tema da reunião - a programação da 1ª Reunião Preparatória para o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário.

IV – 1ª Reunião Preparatória para o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário: Programação

Breno Machado informou aos participantes sobre a 1ª Reunião Preparatória para o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário. Essa reunião ocorre sempre no 1º semestre de cada ano no formato presencial. Contudo, devido ao momento excepcional de afastamento social, o encontro será realizado virtualmente, no dia 25 de maio, de 09h às 17h.

Breno Machado salientou que serão abordados os seguintes temas nessa reunião:

- Estratégia Nacional do Poder Judiciário: serão apresentados os resultados das Metas Nacionais 2019 e discutidos temas estratégicos para formulação das Metas Nacionais 2021. Quanto às Metas Nacionais 2019, Breno informou que, das cinco metas estabelecidas para o exercício, o TRE-MG cumpriu quatro delas: as Metas Nacionais 01 (Julgar mais processos do que os distribuídos) e 02 (Julgar processos antigos) e as Metas Específicas 01 (Implementar o PJe no

1º grau) e 02 (Ações para educação eleitoral). Não houve cumprimento apenas da Meta Nacional 04, pelo julgamento aquém da meta de processos das Eleições 2018 que poderiam importar em não diplomação ou perda de mandato eletivo.

- Divulgação dos tribunais laureados com o Selo CNJ da Desburocratização;
- Lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2020. Quanto a este tema, Breno destacou que, além dos impactos que podem haver com a pandemia, a falta de anualidade na divulgação dos quesitos do Prêmio, (divulgação em maio para cumprimento até agosto/setembro), prejudica o cumprimento dos critérios pelos tribunais.

Por fim, frisou que participarão deste evento 05 (cinco) representantes do TRE-MG, sendo eles:

- Dra. Roberta Fonseca, Juíza Auxiliar da Presidência;
- Dr. Joemilson Lopes, Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional Eleitoral;
- Flavio Caixeta, Coordenador de Gestão Estratégica e membro da Rede de Governança do Poder Judiciário;
- Breno Machado, Chefe da Seção de Planejamento e Estatística – SEPLE;
- Vanessa Loureiro, servidora da SEPLE.

V – Encerramento

Flávio Caixeta agradeceu o empenho dos estatísticos e a presença de todos. Por fim, ressaltou que esse processo é um trabalho do tribunal e não somente da área de estatística.

Adriano Denardi elogiou a CGE e agradeceu o empenho para trazer um material de qualidade à apresentação. Além disso, agradeceu a participação dos demais convidados para o evento.

O Presidente, Desembargador Rogério Medeiros, encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, destacou os trabalhos executados pelo Dr. Nicolau Neto e pelo Dr. Maurício Soares na Corte e enfatizou o aprendizado em gestão estratégica no período em que esteve como Corregedor e agora como Presidente do Tribunal.

O material utilizado para apresentação dos temas da reunião segue anexo à presente ata.